

# Procon insiste em menor preço na Operação Subida

Órgãos de defesa do consumidor do Estado e de Santos esperam reunião com a Ecovias

MATHEUS MÜLLER  
DA REDAÇÃO

O Procon-Santos e a Fundação Procon do Estado pretendem que a Ecovias, concessionária do Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), reveja sua decisão e reduza o valor do pedágio em dias de Operação Subida (2x8). Até novembro, espera-se uma reunião com representantes da empresa.

O argumento é que o motorista deve pagar pela qualidade do serviço e, nessas ocasiões, os veículos de passeio só podem descer pela Via Anchieta, mesma rota de ônibus e caminhões.

De forma paralela, o coordenador do Procon-Santos, Rafael Quaresma, diz trabalhar com a Promotoria de Defesa do Consumidor, do Ministério Público Estadual em Santos, numa ação civil pública que deve ser proposta neste ano.

“Espero que consigamos um ponto de equilíbrio, envolvendo Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp), Ecovias, Ministério Público (MP), Câmara Municipal de Santos, Fundação Procon e Procon-Santos”, diz Quaresma.

O coordenador conta que o diretor executivo da Fundação Procon, Fernando Capez, contactou ontem a diretoria da Artesp, que sinalizou positivamente para uma reunião no Centro de Controle Operacional da Ecovias.

A possibilidade de redução de tarifa, quando implantada a Operação Subida, vai ao encontro do plano da administração atual,



Alega-se que a tarifa deveria ser reduzida no esquema 2x8 porque se restringe a descida para a Baixada

do governador João Doria (PSDB). É mais justo, sob o aspecto da cobrança, individualizar essa tarifa. Aquele que descer pela Anchieta pagará pelo serviço, ou pela qualidade do serviço, quando não tiver a opção de usar a Imigrantes”, afirma.

#### SEM REDUÇÃO

Quaresma ressalta que o tema foi discutido em audiência pública em agosto, quando a empresa pediu prazo para responder à solicitação. Em 20 de setembro, a concessionária enviou ao MP um posicionamento contra a redução no preço.

Em nota, a Ecovias informa que as tarifas nas rodovias do SAI são estabelecidas pela Artesp, com base



em regras e condições fixadas no edital e no contrato de concessão.

“Elas levam em consideração o conceito de sistema viário integrado, no qual as rodovias se complementam. Como a implantação das operações viárias não interfere nos serviços prestados, nos investimentos realizados pela concessio-

nária nem na composição da fórmula de cálculo das tarifas, não é cabível falar em alteração de tarifa.”

A Artesp, também em nota, cita que a Operação Subida só ocorre quando necessário, para dar mais fluidez ao tráfego no SAI e reservando mais faixas de rolamento no sentido em que há mais trânsito.

“As rodovias Anchieta e Imigrantes não operam isoladamente, e sim, como um sistema compartilhado por todos os usuários que trafegam entre a Baixada Santista e a Região Metropolitana de São Paulo. Todas as operações são homologadas pela Artesp e pela Polícia Militar Rodoviária”, explica a agência.





**APROVADO.** Projeto da deputada Rosana Valle Impede a construção de novas cavas subaquáticas em todo o Brasil

# Comissão aprova PL que impede novas cavas

» Foi aprovado ontem (16), na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Congresso Nacional, o Projeto de Lei 3285/2019 que impede a construção de novas cavas subaquáticas em todos os estuários, mangues, rios, lagos, mares e portos do Brasil. O PL também determina um prazo de cinco anos para a desativação e extinção das cavas já existentes. A proposta agora será enviada para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Se aprovada, automaticamente se torna lei, após sanção do presidente Jair Bolsonaro.

O PL é de autoria da deputada federal Rosana Valle (PSB/SP). "Queremos evitar tragédias ambientais. No caso da Baixada Santista seria um

**Se passar pela Comissão de Constituição e Justiça, as cavas serão proibidas em todos os estuários, mangues, rios, lagos, mares e portos do Brasil**

acidente irremediável para a vida marinha e catastrófico para a saúde das pessoas e para a economia da região", afirma, lembrando que existe uma cava na Baixada, localizada no manguezal do Largo do Casqueiro, em Cubatão. Ela

tem 400 metros de diâmetro e 25 metros de profundidade. Está quase cheia de sedimentos tóxicos retirados pela dragagem do canal de acesso que dá acesso a portos privados próximos.

Em Cubatão, a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) licenciou mais duas cavas que ainda não foram ativadas. A construção da cava inviabilizou qualquer outro tipo de atividade no local, como lazer e pesca artesanal. Preocupados com o risco de um acidente ambiental no estuário de Santos, ambientalistas e o Ministério Público contestam a instalação das cavas. A empresa responsável pela construção e manutenção da cava e a Cetesb dizem que não há perigo e que aten-



REPRODUÇÃO/FACEBOOK

Projeto de Rosana dependerá da sanção do presidente Bolsonaro

dem normas internacionais de segurança.

## SEPETIBA.

A outra cava em operação no Brasil fica no porto de Sepetiba, no Rio de Janeiro (RJ). As cavas são, basicamente, ater-

ros sanitários no fundo do mar. Elas abrigam resíduos sólidos tóxicos, retirados de áreas contaminadas por poluentes e metais pesados nocivos à saúde. A empresa responsável pela implantação e manutenção da cava e a Ce-

tesb dizem que não há perigo e que atendem normas internacionais de segurança.

O relator do projeto e presidente da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados, deputado Rodrigo Agostinho (PSB), explica que essa é uma técnica de disposição de resíduos que não é mais utilizada no mundo. "Não dá pra transformar o mar em uma área de deposição. Fizemos alguns ajustes, criando prazos para que as já existentes sejam extintas".

Nos Estados Unidos, as cavas são proibidas na maioria dos estados. Os estados americanos que permitem as cavas só aceitam baixas concentrações de poluentes, na faixa de 200.000 milímetros cúbicos. A cava de Cubatão abriga poluentes tóxicos na faixa de 2.400.000 milímetros cúbicos.

## CÂMARA DE SANTOS.

Em Santos, o vereador Chico Nogueira (PT) apresentou um projeto de lei proibindo a construção de cavas no Estuário Santista. O objetivo, segundo o parlamentar, é garantir a segurança de novas gerações, mas "para surpresa nossa, o prefeito Paulo Alexandre Barbosa (PSDB) vetou a proposta e, neste sentido, vamos mobilizar a população para pressionar a derrubada do veto, pois cava é cova", publicou em seus perfis nas redes sociais. (Carlos Rattton)



NAIR BLEND/DIÁRIO DO LITORAL

Vereador Chico Nogueira não quer cava no Estuário Santista